



O que está sendo feito?

1. 1CCR do MPF instaura procedimento para acompanhar aquisição de vacina contra covid-19



A Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do Ministério Público Federal (1CCR/MPF) vai instaurar procedimento para acompanhar a aquisição de vacina contra a covid-19 pelo governo brasileiro, mediante acordo com a Universidade de Oxford e a empresa AstraZeneca. Esse foi um dos encaminhamentos decididos em reunião

realizada nesta segunda-feira (6) entre representantes do Ministério da Saúde e dos órgãos de controle para a aquisição da vacina.

Participaram do encontro a coordenadora finalística do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) e da 1CCR, Célia Regina de Souza Delgado, e o secretário de Cooperação Internacional (SCI), Hindemburgo Chateaubriand, ambos representando o MPF, além de integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), de diversas coordenadorias e setores do Ministério da Saúde, Fiocruz, entre outros.

O acordo foi anunciado pelo governo brasileiro no fim de junho, para aquisição da vacina que está sendo desenvolvida pela Universidade de Oxford em parceria com a empresa AstraZeneca. A pesquisa já está na fase de testes clínicos em seres humanos. Outras 16 vacinas estão na mesma etapa, mas a de Oxford é considerada a mais promissora atualmente. O acordo prevê teste em 5 mil brasileiros, transferência de tecnologia e, numa primeira etapa, a produção de 30,4 milhões de doses, das quais 15,2 milhões serão entregues em dezembro de 2020 e 15,2 milhões, em janeiro de 2021, a um custo total de U\$ 97 milhões. A segunda fase inclui a aquisição de insumos para produção de mais 70 milhões de doses pela Fiocruz, no valor de U\$ 1,30 por dose. A estimativa é que as doses da segunda etapa estejam



prontas até o fim de fevereiro, caso os testes sejam positivos. Será necessário também fazer investimentos de cerca de US\$ 30 milhões na linha de produção da Fiocruz. O instrumento utilizado para firmar a parceria será a Encomenda Tecnológica (Etec), usada em casos de compra pública de inovação.

De acordo com Célia Delgado, “será preciso ponderar os interesses constitucionais, de garantia da vida e da saúde, por um lado, e da preservação do patrimônio público, por outro”. Como coordenadora da 1CCR, ela informou que irá instaurar procedimento para acompanhar a aquisição da vacina e reunir toda a documentação produzida, além de pareceres de órgãos técnicos e de controle. Por meio do Giac, encaminhará as informações aos membros do Ministério Público de todo o Brasil, para que apresentem possíveis questionamentos. [Leia mais.](#)

2. Falta de medicamentos do kit intubação e trabalho de mediação desenvolvido pelo Giac são discutidos em reuniões

A coordenadora finalística do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac), subprocuradora-geral da República Célia Regina Souza Delgado, participou de videoconferência promovida pelo Conselho Regional de Medicina da Bahia (Cremeb) para discutir a falta de medicamentos do kit intubação para tratamento de pacientes com covid-19. O encontro teve a presença de médicos e ocorreu nesta segunda-feira (6), com transmissão ao vivo pela internet. Célia relatou todo o trabalho do Giac na busca por solução emergencial para a falta dos remédios que compõem o kit. Ela também participou de videoconferência realizada pela Associação Comercial da Bahia para discutir a resolução de conflitos em tempos de pandemia. [Leia mais.](#)

3. Giac participa da 9ª reunião para solução extrajudicial de conflitos

A 9ª reunião para solução extrajudicial de conflitos resultantes da epidemia de covid-19, realizada na última quinta-feira (2) na Casa Civil da Presidência da República, tratou da proposta apresentada pela Defensoria Pública da União de extinguir a punibilidade de quem recebeu indevidamente o auxílio



emergencial, mediante a devolução dos valores. No encontro, a DPU apresentou a primeira versão de um projeto de lei sobre o tema. A coordenadora nacional finalística do Giac, a subprocuradora-geral da República Célia Regina Souza Delgado, recomendou a interlocução com a Câmara Criminal do MPF sobre o assunto, em razão da natureza da matéria.

O encontro tratou ainda do atendimento aos povos indígenas durante a pandemia e do plano de contingência destinado a essas comunidades, que serão discutidos em reunião específica com a participação de integrantes da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF. Também foram debatidas a flexibilização do isolamento e a retomada das atividades econômicas, de acordo com a situação de cada município. Por fim, ficou combinado que o Giac vai promover o diálogo entre o Ministério Público do Trabalho e o Ministério da Saúde, para iniciar a discussão sobre normativos de retorno às atividades laborais, diante da necessidade de se estabelecer critérios mais claros e objetivos a serem adotados por empregadores e trabalhadores.

4. MPT e Unops entregam 2 mil cestas básicas para comunidades e reservas indígenas no Amapá

Mais de 2 mil cestas básicas começaram a ser entregues, na última semana, para ONGs no Amapá. Elas serão distribuídas para famílias em todo o estado, sendo 800 enviadas para reservas indígenas. As cestas foram compradas pelo Unops, organismo das Nações Unidas especializado em infraestrutura, compras e gestão de projetos, com recursos destinados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Amapá, decorrentes de ações civis públicas e de termos de ajuste de conduta. A logística de distribuição é coordenada pela plataforma local de entidades Amapá Solidário. Com população de cerca de 750 mil habitantes, o Amapá apresenta hoje a maior taxa de infectados do país por milhão de habitantes, aproximando-se dos 15 mil infectados pelo novo coronavírus, segundo dados do Ministério da Saúde. [Leia mais.](#)